

LRF É TEMA DE GRUPOS DE APRENDIZAGEM NOS MUNICÍPIOS



Com a promulgação em 5 de maio de 2000 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os governantes de todo o país passaram a obedecer a novas normas sobre limites e condições de gestão das finanças públicas, devendo prestar contas à sociedade de quanto e como gastam o dinheiro público. A transparência na aplicação e no uso destes recursos é hoje uma forte preocupação de cidadania e assegura maior sustentação política para as decisões a serem tomadas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) elaborou um programa de capacitação de servidores municipais para a conscientização da importância da implementação e da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal para uma melhor administração das contas públicas, o que resulta em uma melhor qualidade de vida para toda a população.

O programa não é um curso, pois não emite certificado. Trata-se de uma iniciativa inovadora que adota princípios de educação à distância para chegar aos municípios com até 50 mil habitantes, público alvo do programa. Sua execução está a cargo do IBAM, que elaborou o material didático sobre LRF, e é destinado aos servidores municipais que, em função de suas responsabilidades funcionais, necessitam desenvolver novas atitudes, conhecimentos e habilidades para a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal em seus municípios.

Como participar

A participação neste programa acontece por meio da escolha, pelo Prefeito, de um coordenador do programa no município, que se encarregará da divulgação e da adesão dos servidores ao programa de capacitação. Além disso, caberá ao coordenador criar os chamados Grupos de Aprendizagem e dar o estímulo e o apoio necessários para a continuidade do funcionamento dos mesmos.

O programa é dividido em duas etapas. Na primeira, a ênfase recai no desenvolvimento do estudo da Lei pelos Grupos de Aprendizagem nos municípios. Nesta etapa, os municípios, através de seus coordenadores, poderão se dirigir ao IBAM para esclarecer dúvidas e obter orientações de natureza técnica ou pedagógica. Na etapa seguinte, através da página do BNDES na internet (<http://www.federativo.bndes.gov.br>), o intercâmbio de experiências e a continuidade da aprendizagem interativa será estimulada pela divulgação de matérias informativas sobre LRF de interesse dos municípios e pelo relato dos bons resultados

decorrentes da implantação da Lei.

O conteúdo da proposta dos grupos estará em breve disponível na coleção Lei de Responsabilidade Fiscal: Estudo em Grupos de Aprendizagem, " que compreende um material instrucional, de caráter técnico-pedagógico, para estimular em cada município a formação e o funcionamento de iniciativas de auto-capacitação, apoiadas no estudo em equipe", como informa o material institucional.

A chave da comunicação

O prefeito Cesar Maia explicou, em reunião no Riocentro, os passos que podem ser dados na área de comunicação governamental.



Para ganhar uma nova vida

O preparador físico Nuno Cobra ensina como criar, a partir do desenvolvimento do corpo, uma "modelagem mental de sucesso".

EDITORIAL

Custos no setor público: nova visão

Lino Martins da Silva

O setor público vive um crescente abismo entre os serviços que as organizações públicas oferecem e aquele que os cidadãos estão demandando. Os governantes e os sistemas de controle e de auditoria têm sido capazes de produzir informações para os próprios órgãos de âmbito interno, mas de pouca serventia para que o cidadão avalie suas ações.

O desejo dos cidadãos é a ampliação das ações do governo, vale dizer aumentar os gastos, vez que eles não querem menos governo, querem mais: mais policiais nas ruas, mais professores nas salas de aula, mais médicos nos hospitais e mais controle sobre a poluição.

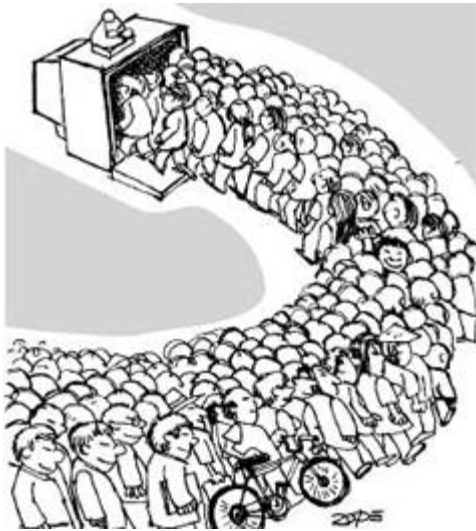
Por isso é preciso alterar os atuais paradigmas organizacionais do Estado. No mundo globalizado muitos partem de falsas premissas sobre a real situação econômico-financeira, mais atrelada às falhas do processo de controle e à rigidez da classificação orçamentária do que à situação existente.

Nesta perspectiva surge a obrigatoriedade da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município do Rio de Janeiro, de implantação de sistema de custos. É preciso modificar a tradicional classificação administrativa-legal de funções, sub-funções e programas para uma classificação de custos segundo as atividades que, direta ou indiretamente, influenciam a prestação dos serviços. Alguns gastos – como telefonia, energia elétrica e controle interno, atualmente alocados em órgãos centrais – poderão ser "apropriados" como custos de outras áreas (Educação e Saúde por exemplo), bastando para isso que concorram para a formação do custo do serviço.

A implantação de sistemas de custos trará muitas discussões, principalmente porque os órgãos de controle preferem a alocação orçamentária direta dos recursos, exigindo a introdução de instrumentos de medição e controle que muitas vezes encarecem o processo.

Isto revela que a cultura do setor público é movida segundo o questionamento de “como as organizações fornecem seus serviços”, enquanto a cultura do século XXI deverá estar focada em “o que os clientes necessitam”. Esta é uma distinção importante porque desloca a organização pública da atual abordagem baseada em recursos, que atrela valor ao fornecimento, para uma abordagem baseada em necessidades, que vincula valores, necessidades e metas. Com tal transformação e com a adoção de sistemas de custos, a administração pública será mais transparente e os governantes, com um adequado sistema de custos, poderão obter recursos suficientes para não precisarem reduzir ou postergar os serviços que devem ser prestados à população.

Governo eletrônico mobiliza Fórum em Xangai



A adoção do governo eletrônico nas cidades (colocar a tecnologia de informação e os serviços ao alcance das classes menos favorecidas da população) para diminuir a exclusão digital foi o tema principal do 2º Fórum de Alto Nível sobre Informatização Urbana na Região Ásia-Pacífico, realizado de 24 a 26 de maio, em Xangai, na China. Mais de 900 representantes internacionais contribuíram para um debate que apontou os desafios a serem enfrentados para traçar as estratégias para um governo eletrônico acessível e transparente, capaz de atender as demandas do cidadão.

Um dos participantes, o presidente da IplanRio, Sérgio Fontoura, destacou as linhas centrais do evento, que debateu temas discutidos no 3º Fórum Global, realizado em Nápoles, na Itália, em março deste ano. Fontoura disse que o encontro na China reconheceu a capacidade do governo eletrônico, através de modelos mais ativos, de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, reduzindo custos e tempo, numa escala econômica mais vantajosa.

Os debates enfatizaram os seguintes temas: resultados do governo na era on line; impacto da tecnologia de informação na organização do governo; governo eletrônico; serviços aos cidadãos; serviços aos negócios; divisão digital e cooperação internacional.

O Fórum de Xangai, segundo Fontoura, reconheceu o poder da Tecnologia de Informação (TI) em transformar o modo como os governos trabalham. Isto é mais evidente no caso da disponibilização de serviços e acesso à informação. Os participantes recomendaram, em suas propostas, que os governos criem maior acessibilidade aos serviços e aperfeiçoem os caminhos para obter resultados mais rápidos e precisos. A essência do bom governo deve estar sempre atrelada aos princípios de controle e transparência. Há consenso de que nada é mais potente para combater a corrupção do que conduzir as demandas abertamente e com conhecimento público das regras e critérios utilizados.

Esse entendimento deve ser assimilado e colocado em prática não só em âmbito nacional ou regional, mas local também, relacionando as demandas entre cidadão e estado, seja nos resultados de autorizações, na coleta de taxas ou no recebimento de benefícios. A capacidade de divulgar informações exatas e compreensíveis, de automatizar processos para oferecer um registro de cada transação, requer que a TI seja ferramenta poderosa para um bom governo.

Benefícios – Relatórios do encontro de Xangai advertem que esses benefícios não devem estar disponíveis somente ao mundo desenvolvido, pois as experiências demonstraram o valor da TI no aperfeiçoamento de serviços (mesmo para as comunidades mais carentes) como suporte de seu desenvolvimento. Na essência, os participantes do Fórum de Xangai defendem que o mundo em desenvolvimento precisa de acesso à tecnologia, custos menores de acesso e o treinamento para usá-lo efetivamente. Do contrário, a divisão digital seria um buraco sempre crescente.

Apesar do reconhecimento dos resultados dos benefícios da tecnologia de informação no governo, o Fórum admitiu a existência de riscos à privacidade e à segurança a partir da adoção das novas tecnologias, que devem ser usadas em favor dos cidadãos e não contra eles. Funcionários públicos não devem apenas ser treinados a usar a tecnologia; devem também ser capacitados sobre sua cultura, para que respeitem os direitos dos cidadãos dentro de uma estrutura de governo. Tecnologias avançadas e engenharia de sistemas adequada são capazes de oferecer fortes garantias em segurança e privacidade. Elas podem permitir também o controle efetivo do uso de dados pessoais pelos usuários.

No encerramento do Fórum foram apresentadas as conclusões e estratégias para que os governos atinjam os objetivos propostos. Apesar da urgência para facilitar e melhorar a vida dos cidadãos, as políticas para a criação da divisão digital não podem substituir intervenções nas áreas básicas de uma cidade, como educação e saúde, mas devem complementá-las, a partir de uma visão holística de assistência ao desenvolvimento.

Principais recomendações do Fórum de Xangai

- Multiplicar os exemplos que mostrem as melhores práticas e o aprendizado mútuo com resultados de governos;
- Criar planos de ação de governo eletrônico em parceria com o setor privado, consumidores e organizações sem fim lucrativo, com considerações específicas para oportunidades iguais e o princípio de subsidiárias;
- Dar atenção especial às necessidades das comunidades mais carentes quando forem construídos sites e projetos de provimento de serviços eletrônicos;
- Garantir a privacidade dos cidadãos com o emprego das tecnologias existentes para proteger dados pessoais e evitar a má utilização dos serviços;
- Estabelecer uma relação estreita entre o governo e o cidadão e entre o governo e os negócios, tornando disponível o serviço público eletrônico. O objetivo é melhorar o controle, a transparência e a confiabilidade;
- Redesenhar e não somente ajustar processos para a adoção da TI pelo governo;
- Estender os dados eletrônicos de serviços públicos à população, incluindo os leigos em internet;
- Estabelecer padrões internacionais para requisições técnicas de documentos digitais;
- Favorecer iniciativas de treinamento em TI para funcionários civis e para os governos;
- Incentivar pólos regionais para treinamento em governo eletrônico baseados em em parcerias privadas, públicas e com organizações não governamentais.

PGFN entra na era virtual do atendimento

Para tornar disponível na internet todos os serviços realizados nas suas repartições, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, está em fase adiantada de desenvolvimento do Dívida Ativa PUSH e do pagamento através de débito em conta bancária com baixa automática da dívida. Também está sendo estudada a possibilidade do parcelamento de dívidas pela internet.

A informação é do procurador da PGFN, Aldemário Araujo Castro, em palestra sobre os serviços do órgão disponíveis na Internet, dia 26 de junho, no auditório da Procuradoria Geral do Município (PGM), a convite da gerente de Produtos Externos da IplanRio, Adriana Morales. A palestra contou com a presença do Procurador-Geral do Município, Júlio Horta, e de vários procuradores da PGM. Castro, que fez uma apresentação no Congresso Nacional de Informática Pública - Conip - no início de junho, apontou outras vantagens do acesso aos serviços via internet: conhecer as dívidas inscritas e suas características; obter documento de arrecadação/pagamento devidamente preenchido; realizar pagamento online mediante débito em conta bancária com imediata baixa da dívida nos cadastros; realizar parcelamentos de débitos e tirar certidão negativa quanto à dívida ativa da União.

"Quando forem agregados os serviços em andamento aos que existem hoje, a PGFN deverá ser o único órgão público federal a oferecer na internet todas as formas de atendimento ao público", disse o procurador. Desta forma, fecha-se o ciclo de atendimento ao contribuinte na rede mundial de computadores. As conseqüências dessa opção pela modernidade serão a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo órgão e o aumento progressivo do nível de satisfação do cidadão contribuinte, prevê Castro.

A PGFN, órgão do Ministério da Fazenda, integra o sistema da Advocacia Geral da União com a missão constitucional de representar judicialmente a União (Fazenda Nacional) na execução de sua dívida ativa de natureza tributária (art. 131, parágrafo terceiro).

Ao longo de 1985, a PGFN implantou o Projeto Integrado da Dívida Ativa da União, até hoje em funcionamento. Baseado numa arquitetura cliente-servidor (microcomputadores inteligentes conectados remotamente a computadores de grande porte), algo absolutamente inédito para a época, permitiu o gerenciamento em patamar superior das informações constantes nos cadastros da Dívida Ativa da União. Os resultados não tardaram a surgir, como melhoria e rapidez no atendimento ao contribuinte e o aumento significativo dos níveis de recuperação de créditos inscritos.

Mais recentemente, a PGFN entrou no mundo virtual através da internet. O primeiro serviço online oferecido pelo órgão foi a emissão de certidão negativa quanto à dívida ativa da União. A iniciativa teve um sucesso surpreendente. O sistema de estatísticas do site do órgão fazendário contabiliza diariamente uma média de mais de 1.200 certidões negativas emitidas, podendo atingir a marca de quase quatro mil documentos.

ENTREVISTA

Domingos Poubel de Castro, Secretário da Secretaria Federal de Controle (SFC)



Responsável pela criação da SFC, em 1994, Domingos Poubel de Castro é bacharel em Ciências Econômicas e Contábeis pela Faculdade de Economia e Finanças no Rio de Janeiro e professor universitário de Contabilidade Pública na AEUDF. Sua rica experiência acadêmica, em empresas privadas e na esfera governamental o conduziu a importantes cargos ao longo de sua trajetória profissional: foi auditor interno da Atlantic de Petróleo, do Ministério da Fazenda (CIP e COCITEF) e Banco Central; tesoureiro do CNPq; diretor-adjunto de Controle e secretário de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. Nesta época (de 1986 a 1990) criou o Plano de Contas do Governo Federal, da Tabela de Eventos, do Siafi, da Conta Única do Tesouro Nacional. Poubel ministra vários cursos de aperfeiçoamento - Planejamento Tridimensional; Informática; Custos e Matemática Financeira; Auditoria Interna e Didática - a maioria deles nas universidades de Brasília. Nesta entrevista, ele revela os procedimentos da SFC para identificar, controlar e alcançar resultados no gerenciamento e avaliação em busca do equilíbrio fiscal e

monitoramento do ciclo de gestão das ações do governo.

Pre\$tando Conta\$ - Quais os resultados até agora alcançados com essa nova metodologia de atuação da SFC?

Domingos Poubel de Castro - Em 94, o que motivou a criação da Secretaria foi o resultado das duas CPIs, a do governo Collor e a do Orçamento. Ambas apontavam para uma fragilidade nos controles do governo, principalmente a questão do reconhecimento das ações que estavam sendo desenvolvidas, pois muitas se mostraram inexistentes, na avaliação das CPIs. Então, a partir desta constatação, o que foi feito no início da criação da Secretaria, foi buscar o fortalecimento da auditoria e uma atuação mais voltada para os programas de governo e sua verificação física. Praticamente, até então, nós não tínhamos, no Controle Interno, nenhuma ação voltada para a verificação do objeto. Nós estávamos totalmente voltados para a forma, a questão da legalidade, dos registros. Não estávamos voltados para os resultados. Antes da criação da Secretaria, existiam apenas as Secretarias de Controle Interno (Cisets) e as Delegacias de Contabilidade (unidades regionais). As unidades regionais cuidavam da parte contábil da Administração Direta - e aí também a parte da legalidade dos atos - e os ministérios utilizavam as Cisets como controle administrativo. Assim, nós estávamos voltados para o controle de acordo com o Decreto-Lei nº 200/67, mas não estávamos preparados para o controle de acordo com a Constituição de 1988. A primeira mudança foi, então, o fortalecimento da auditoria. Entre os resultados alcançados podemos destacar o expressivo aumento do número das fiscalizações realizadas em todo o país, que passaram de 1.556, em 1995, para 17.123, em 2000. Outro destaque foi o expressivo aumento das Auditorias de Acompanhamento da Gestão.

Pre\$tando Conta\$ - Com a criação da SFC foi possível encurtar a distância entre a realidade de campo e os trabalhos de controle ?

Domingos Poubel de Castro - Passamos a ver a gestão a partir das ações que estavam sendo desenvolvidas na ponta, embora durante aproximadamente quatro anos, nós tenhamos visto isto com um enfoque de programa dissociado da avaliação da gestão. Ficamos fazendo a verificação física, por um lado, e a auditoria de contas, por outro. Ou seja, foi preciso fazer a vinculação entre as duas áreas, que, no interior da SFC, estavam separadas pelas áreas de auditoria e fiscalização, modificação que foi implementada no final de 1998. Passamos a privilegiar a constatação objetiva da operação em vez de ficar verificando a parte apenas formal, institucional, dos atos da gestão.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a estratégia adotada pela SFC para conter as despesas e enfrentar a crise fiscal que eclodiu em 1998 e 1999, atingindo o Governo e o seu controle interno? Essa estratégia continua sendo mantida?

Domingos Poubel de Castro - A Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão do governo que, nos últimos anos, desenvolveu uma estratégia para equilibrar a realidade do gasto com a realidade da receita. Este equilíbrio veio se consolidando por meio da instituição de diversos mecanismos, como a criação da Conta Única; a aproximação da programação financeira com a arrecadação; a busca da transparência e a contabilidade com informações globalizadas das ações do governo; e a própria criação do Tesouro, este absorvendo um conjunto de áreas que trabalhavam riscos, com as dívidas de longo prazo, etc. Este conjunto de medidas, que hoje culmina com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem como maior suporte a área econômica. O nosso suporte é a área de gestão.

ENTREVISTA

Domingos Poubel de Castro, Secretário da Secretaria Federal de Controle (SFC)

Pre\$tando Conta\$ - A SFC tem dado ênfase a seu importante papel agregador das funções componentes do ciclo de gestão - Planejamento, Orçamento, Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria. Essa nova forma de atuar deu maior visibilidade para o planejamento das ações e mapeamento das políticas governamentais/públicas?

Domingos Poubel de Castro - A SFC é que deu origem ao ciclo de gestão, na importância de integrar as ações de governo envolvidas no ciclo de gestão. É sintomático, por exemplo, que a Medida Provisória que deu origem ao Controle Interno estava voltada para atuação das Secretarias de Controle Interno (Cisets). Ela começava com o Controle e terminava com o Planejamento, enquanto a Lei 10.180, de 06/02/2001 (a Medida Provisória que se tornou Lei) preocupa-se com o ciclo da gestão, que envolve as ações das diferentes áreas do ciclo, as carreiras, todo um conjunto integrado. O que ficou de fora, nesta discussão, foi a gestão em si, que virá com a reforma do Estado.

Pre\$tando Conta\$ - Como se encaixaram o Plano Plurianual 2000/2003 e as leis orçamentárias dentro dessa nova metodologia de controle?

Domingos Poubel de Castro - Sem o Plano Plurianual e uma lei orçamentária integrada, não faria sentido a presença do Controle no ciclo de gestão. Tudo isto tem a ver com o PPA, com o Orçamento, isto é, com as ações de governo consideradas como um plano. Esta é a razão maior do ciclo da gestão: começa com o Planejamento e volta a ele na forma de informação.

Pre\$tando Conta\$ - A análise da eficiência e eficácia da gestão pública e dos programas de governo bem como o grau de cumprimento dos objetivos das instituições e das ações governamentais são a tônica de gerência por resultados?

Domingos Poubel de Castro - Se não trabalharmos com foco nos resultados, aqueles dois "és" de "eficiência" e "eficácia" perdem sentido. Daí porque, não mantendo este foco, o controle só poderia falar da gestão pela área da contabilidade. Sem metas não há como falarmos em eficiência e eficácia.

Pre\$tando Conta\$ - O senhor recomenda a utilização desse modelo gerencial por resultados para os estados e municípios?

Domingos Poubel de Castro - Acredito que os Estados e Municípios irão passar pelo mesmo grau de dificuldades e realidades do Governo Federal. Hoje, alguns estados e municípios ainda estão voltados para o controle financeiro, obrigados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A primeira questão explode nas finanças. Primeiro você precisa equilibrar despesa com receita. Depois você tenta aumentar a receita e cortar a despesa, mas as duas coisas são difíceis. Chega o momento, então, em que você é obrigado a trabalhar a qualidade do gasto. E a qualidade do gasto implica, não apenas fazer bem e mais barato, mas principalmente fazer com que seja efetivamente em benefício do povo. Assim, acredito que alguns estados e municípios ainda estão, hoje, como nós estávamos em 1985 [ano da criação da STN], sem informações financeiras. Depois eles passam a ter informações financeiras mas não têm informações da gestão. Por último, vem a questão do novo modelo de controle. Quanto as cobranças das contas, elas ainda são feitas com base na legalidade. A sociedade, o Ministério Público e o Tribunal de Contas cobram do Controle apenas a verificação da legalidade. Ninguém foi punido, até hoje, por ineficiência. Ninguém foi punido por ineficácia. Todos são receosos de serem punidos pela legalidade. O discurso ainda não se transformou, na prática, em todos os segmentos nacionais. Agora, o Controle não deve esperar isso, o Controle deve fazer com que isso aconteça. Nós tínhamos duas hipóteses: esperar chegar o novo modelo de gestão para arrumar o Controle, ou arrumar o Controle para o modelo que viria depois. Nós preferimos a última opção. Modificamos o controle para aguardar o futuro, não esperar o futuro para modificar o Controle depois.

Pre\$tando Conta\$ - Quais as suas expectativas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no combate ao desequilíbrio fiscal da administração pública brasileira, nos níveis federal, estadual e municipal ?

Domingos Poubel de Castro - A Lei de Responsabilidade Fiscal, em termos financeiros, no nível federal, não provocou nenhum espanto. As áreas que sentiram mais o seu impacto, que ficaram mais espantadas foram aquelas que não têm nenhum controle financeiro da alocação dos seus recursos. Por outro lado, a Lei é uma forma de despertar a sociedade e os dirigentes da administração pública, como um todo, para o fato de que não basta querer fazer, é preciso fazer dentro do possível. E aí vem aquela questão, o dinheiro é finito. É isto que está mostrando: a realidade de anos de desequilíbrios, que gerou uma dívida pública no patamar equivalente a três anos de receitas, sem que o equilíbrio entre receita e despesa tenha sido obtido.

Pre\$tando Conta\$ - Qual o diagnóstico que o senhor faz hoje da situação fiscal do país?

Domingos Poubel de Castro - O nosso foco é contribuir para que o equilíbrio fiscal informado seja verdadeiro, para que as ações de governo, ditas como realizadas, sejam verdadeiras, e que estes dois instrumentos levem em consideração a eficiência e a boa gestão. Esta postura explica nossa principal missão: zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos. Não basta ser apenas regular ou boa: é preciso a conjunção dos dois termos. "Boa", significa fazer o melhor possível com menos custo para atender melhor ao nosso povo; "regular" porque, independentemente disso, deve ser bem feita.

DNA confiável do governo é a chave da comunicação



"O nosso governo não terá intervenções emblemáticas tais como Rio Cidade, Favela Bairro, que ficarão lá embaixo, jamais no alto da pirâmide das realizações. Vamos investir naquilo que a mídia não dá importância. Por isso devemos comunicar, divulgar, ganhar espaço, sem construir um globo oco que pode estourar a qualquer momento. É fundamental que o governo tenha um DNA confiável, a chave do seu sistema de comunicação".

Essa foi uma das receitas passadas pelo prefeito Cesar Maia na reunião com assessores de Comunicação e ouvidores de todos os órgãos municipais, promovida pelas secretarias especiais de Assuntos Estratégicos (SEAE) e de Projetos Especiais (SEPE), dia 20 de junho, no Riocentro. Maia lembrou que os ouvidores, os subprefeitos e qualquer um dos funcionários devem estar atentos às demandas. "A idéia é aderir ao cidadão, fazer uma "colagem" no cidadão. Os ouvidores são nossos repórteres; captam a demanda, anotam e trabalham em cima das opiniões", comparou. Para ele, a operação do sistema deve ser feita em rede, pois é necessário democratizar a informação, decidir e agir em tempo real. Dentro dessa linha, é preciso operar as contradições, buscar unidade e estimular as iniciativas setoriais. Estas, assegurou, ganham força e dimensão quando inseridas na comunicação.

Depois de falar da organização vertical do mundo industrial, que obedecia a lógica da produção em escala (Ford 29, o jeans), o prefeito do Rio deu um salto para os anos 60, situando essa década como marco do advento da autonomia dos meios físicos, liderada pela transmissão via satélite em tempo real, dentro da lógica produtor/consumidor, estado/cidadão. Caracterizou a década de 70, inserida num mundo unilateral, como geradora de cérebros eletrônicos (microprocessadores), na qual evidenciou-se a democratização das informações. "Hoje, na televisão, os editores selecionam o que deve ser informado, contrapondo-se à internet, onde os usuários têm o poder de agir, livres, na busca do que querem saber. Na internet somos os editores de nossas vontades, pois esse veículo virtual inverteu o poder monopolista da comunicação de cima para baixo", constata o prefeito.

Cesar Maia fez uma comparação de seu governo com o do primeiro-ministro inglês Tony Blair, citou uma frase ("O que é bom se mostra, o que é ruim se trata") do livro sobre opinião de massas de Gabriel Tard e repetiu a famosa confissão de Winston Churchill - "eu prefiro mudar de partido a ter que mudar de princípios" - para justificar a idéia que costuma repassar à sua equipe, de que "devemos estar sempre contra a corrente, ser do contra".

Ênfase para a mídia regional

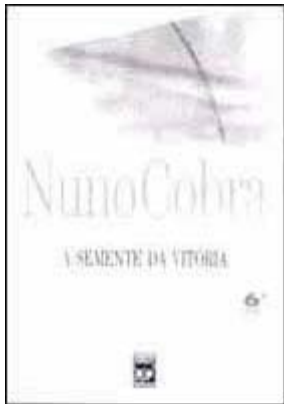
A secretária da SEAE, Ágata Messina, destacou o Infolocal, projeto criado para permitir maior participação

na mídia regional, resgatando para a Comunicação o que vem sendo registrado pelos jornais de bairro e rádios comunitárias. Em Bangu circula ininterruptamente há cerca de 45 anos o que talvez seja o mais antigo jornal de bairro do Rio, informou. A secretária ressaltou a importância do trabalho integrado entre as equipes de micro e macro funções da Prefeitura, a nova fisionomia do DO Rio, trazendo na capa notícias elaboradas a partir de decretos e resoluções e que têm servido de pauta para a imprensa. Anunciou o projeto Cadernos de Comunicação, que será dividido em duas partes - de estudo e de memória da Comunicação; a criação do Departamento de Fotografia, com banco de imagens e fotos digitalizadas; a rádio escuta e outros serviços.

Após apresentar o escopo de sua área - dividida em governo eletrônico, publicidade, memória de gestão, pesquisa e página da internet - a secretária da SEPE, Leila Castanheira, reafirmou a necessidade de centralização de todas os setores de atendimento que lidam com o público. Disse que a Ouvidoria quebra a clientela, os acessos privilegiados e promove uma gerência de reclamação. "Agora, vamos promover o casamento da Faladoria, que será criada, através de telemarketing, com a Ouvidoria".

ESTANTE

A essência da vida é o movimento



A Semente da Vitória
Nuno Cobra
Editora SENAC, 2001.
223p.

Nuno Cobra é um profissional de renome internacional, com mais de quarenta anos de atividade, que se tornou mais conhecido dos brasileiros por ter sido, durante dez anos, o preparador físico de Ayrton Senna - a mais perfeita tradução de seu método de trabalho, como costuma dizer - e de empresários como Abílio Diniz, André Lara Rezende e Sérgio Machline, entre outros. Trabalhou também com anônimos presidiários, deficientes físicos e alunos de escolas públicas.

Em A semente da vitória, seu primeiro livro lançado este ano pela editora Senac e já na sexta edição, Nuno Cobra torna público seu método de trabalho com o objetivo de "ajudar as pessoas a descobrirem a extraordinária força que existe nelas, fazendo-as perceber-se mais fortes e capazes, possibilitando transformações inacreditáveis."

A base de seu método é "chegar ao cérebro pelo músculo e ao espírito pelo corpo", ou seja, provar que através do aprimoramento físico chegamos também ao aprimoramento mental. "Quando a pessoa se desenvolve como um todo a partir do corpo, ganhando nova estrutura, gera auto-estima e consciência de sua capacidade de conquista, amplia suas possibilidades de realização. A partir daí cria também uma modelagem mental de sucesso. Assim vence o bombardeio de todas as negatividades e resgata o seu poder espiritual."

Nuno Cobra sabe do que está falando. Ele próprio vivenciou na década de 1950, em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo, o que era ser um rapaz fraco, franzino e inibido, mas dono de uma forte intuição de que um dia poderia mudar toda sua vida a partir de seu corpo. Foi na figura de Pedro Pexexa, um

homem simples, ferreiro de profissão, que Nuno percebeu aos 17 anos que corpo e espírito são um só: o espírito depende do corpo e as ações do corpo influenciam as atitudes do espírito. "Estávamos no início da década de 1950, quando o espírito era propriedade da Igreja, o cérebro da universidade e o corpo, ah! o corpo não existia como tal. A sociedade ainda era presa a conceitos de separação de corpo, espírito, mente e emoção. O que importa é que a duras penas eu tinha moldado meu corpo e este tinha moldado meu espírito. Era o início do meu método de trabalho".

O capítulo intitulado "A necessidade vital de movimento" é um dos mais alentadores do livro. Nele, Nuno Cobra não só afirma como prova que ficar velho é uma opção e que os músculos reagem em qualquer idade: "quando treinava o Senna e queria que ele corresse trinta voltas na pista de 400 metros, levando somente um minuto e trinta segundos por volta, o que é bem forte, pedia ajuda a um "rapaz", que não poderia ser chamado de forma diferente, para puxá-lo, porque é difícil manter esse ritmo em tantas voltas. Só que quando terminava a corrida, o Ayrton reclamava brincando que era muito chato correr com o cara porque ele não respirava. Correr nessa velocidade não era agressão para o "rapaz" que, apesar de ter 74 anos, não podia ser chamado de senhor. Fisicamente ele tinha no máximo uns 35 anos de alguém bem treinado. Infelizmente, o outro lado também existe. Certa vez coloquei na pista um jovem de quinze anos e pedi que fizesse mais de dez voltas para ver como estava. Me deu um susto. Percebi que antes de completar a primeira volta estava com a respiração muito forte e tive medo de que ele tivesse um troço. Esse adolescente estava com mais de 80 anos! Então pergunto: idade é ou não é uma ficção?"

Atualmente, além de consultorias a empresas, workshops e conferências que faz no Brasil e no exterior, Nuno Cobra é professor de qualidade de vida na área de Recursos Humanos do Programa de Educação Continuada em Administração para Executivos - MBA da Universidade de São Paulo.

CRH incentiva servidores a agir como agentes do conhecimento

"Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar, você pode começar. A coragem contém, em si mesma, o poder, o gênio e a magia".

A frase do poeta e pensador alemão Johann Wolfgang von Goethe, estampada no mural da sala do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (CRH) da Controladoria, sintetiza a filosofia desse setor, de transformar cada vez mais os servidores do órgão em agentes do seu próprio conhecimento.

O que acontece hoje com o CRH não é um sonho. O setor segue proposta do Controlador Geral, de dar novo enfoque à área de recursos humanos organizando cursos que têm relação direta com a área central de conhecimento do órgão como, Contabilidade Pública, Societária, Licitações em Contratos, Auditorias e Fluxo de Informações, entre outros. Desde 14 de maio na direção do Centro, o mestre em Contabilidade Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador de cursos de pós-graduação na Universidade Estácio de Sá, Francisco José dos Santos Alves explica que esses cursos vão ampliar o campo de atuação profissional dos servidores, habilitando-os a trabalhar em qualquer um dos setores da Controladoria. Com perfil polivalente, estarão aptos a deslocar-se da Auditoria para a Contabilidade ou a Gerência e vice-versa, num circuito funcional traçado pelo binômio eficiência e produtividade.

Eixos - O treinamento, segundo Francisco José, segue três eixos: interno (aproveitando profissionais aptos a ensinar conteúdos ligados a atividades exercidas pela Controladoria); externo ou periférico (a cargo de especialistas, que darão cursos como Chefia e Liderança, administração de conflitos, Licitações e Contratos, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Orçamento Público, Mercado); e o auto dirigido, que consiste em oferecer vídeo, material didático de apoio ao participante, de acordo com sua disponibilidade de horário e local.

"O treinamento interno é dado pelo profissional da casa, aquele que mais conhece e sabe lidar com nossas necessidades", diz Francisco José. Observa, porém, que essa experiência prática, não pode estar separada da teoria gerada pelo conhecimento transmitido pelos técnicos, professores e especialistas dos cursos externos. Segundo ele, é um erro admitir, como muitas vezes acontece, que a prática deve prevalecer sobre a teoria, ou seja, saber fazer sem se importar em saber porque está sendo feito. Quem dá o treinamento estuda, exercita e instrui os colegas, atinge um patamar privilegiado de informação, enquanto o instrutor externo passa uma idéia abrangente de determinado assunto para ser assimilada no cotidiano de

trabalho. Unir essas duas fontes de informação é o grande salto para aprimorar o conhecimento dos servidores da Controladoria.

Francisco José também disse que os cursos internos estão sendo muito procurados, mesmo aqueles sem datas definidas de realização.

De 3 a 20 de julho, a mestranda em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-graduada em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com especialização em Docência Superior pela Universidade Estácio de Sá, Mariza Alves Braga dará um curso de Didática para os servidores.

As aulas estão voltadas principalmente para contadores, auditores, chefes de setor, alguns mestrandos com pós-graduação da Controladoria. Com carga horária de 30 horas, o curso debaterá temas importantes da educação brasileira, seu papel sócio-político e a função da didática no contexto pedagógico. A proposta de Mariza é superar o abismo que o ensino tradicional construiu separando o aluno do professor.

Segundo Francisco José, a Controladoria optou pela realização dos cursos internos porque são mais produtivos, democráticos e econômicos, já que "é mais fácil convidar palestrantes do que enviar um ou mais profissionais para fazer um curso lá fora, com custo alto".

Quanto aos cursos externos, o setor de treinamento contatou alguns consultores, como a professora Débora Dias Gomes, o professor Diógenes Gasparin e o professor Paulo Buzzi. Os cursos foram planejados para funcionar em duas vertentes - uma específica (prática), e outra geral (reproduzindo a visão macro da atividade).

Por dentro das finanças municipais

As posições financeiras do mês de maio de 2001 mostram a disponibilidade total de R\$ 2,4 bilhões - sendo R\$ 0,6 bilhões do PREVIRO e R\$ 1,8 bilhões do Tesouro Municipal que, deduzidas as contas a pagar, atingem o valor líquido de R\$ 1,9 bilhões, sendo 0,5 PREVIRO e 1,4 TESOURO MUNICIPAL.

Por outro lado, a receita até maio de 2001 foi de R\$ 2,4 bilhões e a despesa de R\$ 1,4 bilhão, gerando um superávit total de R\$ 1,0 bilhão.

É relevante considerar, ainda, que os últimos indicadores revelam que o Município do Rio de Janeiro vem pagando suas despesas liquidadas numa média de 40 dias para a administração direta.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessor: Sérgio Meireles

Prestando Conta\$

Consultoria Editorial: Sonia Virgínia Moreira

Redação: Graça Louzada, Leila Nascimento e Sérgio Meireles

Edição de Arte e Ilustração: Zope

Produção: Lígia Vianna